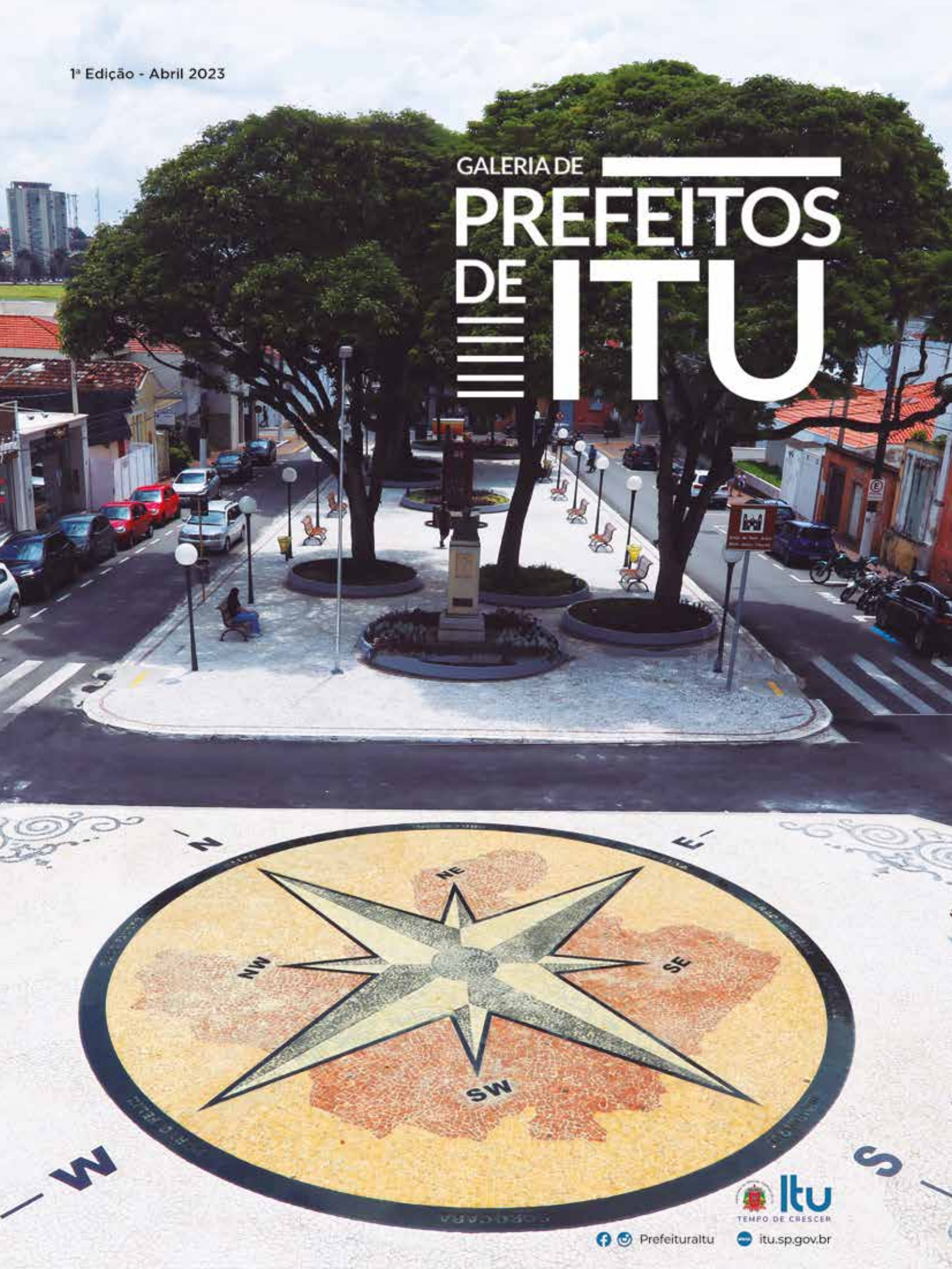
1ª Edição - Abril 2023

GALERIA DE PREFEITOS DE ITU



Itu
TEMPO DE CRESCER

Prefeituraltu itu.sp.gov.br

EDITORIAL

Cabe a eles a administração, a gestão.

A trajetória do cargo de prefeito como chefe do Poder Executivo do município começou com a Proclamação da República. Atualmente, cabe a ele a administração, a gestão da coisa pública, desde o controle do erário ao planejamento e a realização de obras. É o prefeito quem executa, quem coloca em prática um conjunto de intenções do governo, realiza projetos, programas ou políticas públicas. Também cabe ao prefeito sancionar as leis aprovadas em votação pela Câmara, vetar ou elaborar propostas de leis.

Não foi sempre assim. No período colonial da história do Brasil, as Câmaras Municipais representavam o poder local. Elas surgiram da necessidade da Coroa portuguesa controlar e organizar as vilas e cidades que se desenvolviam no Brasil, e foram uma das peças fundamentais da administração colonial.

Somente as localidades que tivessem pelo menos a categoria de vila, concedida por ato régio, podiam instalar as Câmaras. Geralmente, compunham-se de dois juízes ordinários, servindo um de cada vez, ou do juiz de fora (onde houvesse), de três vereadores, o procurador, o tesoureiro e o escrivão, os três últimos investidos por eleição, da mesma forma que os juízes ordinários e os vereadores. A própria Câmara nomeava os juízes de vintena, almotacés, depositários, quadrilheiros e outros funcionários. Cabiam às câmaras todos os assuntos, não importando se fossem de natureza legislativa, administrativa, policial ou judiciária.

Após a Independência do Brasil, a autonomia de que gozavam as Câmaras Municipais foi drasticamente diminuída na Constituição de 1824, e depois na Lei de 1º de outubro de 1828 e no Ato Adicional de 1834. O movimento republicano, que tomou impulso na Convenção de 1873, realizada em Itu, entre suas teses defendia a autonomia municipal. O projeto de constituição política para o futuro Estado de São Paulo que o movimento aprovou contemplava a organização municipal, devendo haver em cada município um conselho eleito, com mandato de quatro anos, e um Poder Executivo eleito ou nomeado, conforme resolução do respectivo Conselho Municipal.

Com a Proclamação da República, as Câmaras Municipais foram dissolvidas. Todavia, na Assembleia Nacional Constituinte de 1890 fortaleceu-se a tese favorável ao município, como desdobramento teórico da ideia federalista, vitoriosa com a queda da Monarquia.

EXPEDIENTE

Esta publicação é um registro histórico da Galeria de Prefeitos inaugurada no Paço Municipal em 15 de abril de 2023.

Prefeitura da Estância Turística de Itu (Avenida Itu 400 anos, 111 – Itu Novo Centro – Itu /SP
CEP 13303-500 – PABX: (11) 4886-9600)

Elaboração e Produção: Secretaria de Comunicação e Relações Institucionais

Editor Responsável: Flávia Frossard (MTB: 2827ES)

Pesquisa: Jonas Soares de Souza, Angélica Estrada, Flávia Frossard, Glaucio Alexandre do Amaral, Odorico Celso Castanho da Silva

Apoio à Pesquisa: Drª Anicleide Zequini (Especialista em Pesquisa/Apoio do Museu Paulista), Ester Leme, Giovanna Fulan Augusto (Técnica para Assuntos Administrativos do Museu Paulista), Olavo Volpato, Osni Clementino

Curadoria e Fotografia: Juca Ferreira e Ronaldo Moreira

Colaboradores: Amarildo Batista Ramos , Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, Câmara de Vereadores de Itu, Centro Ituano de Letras e Artes (CILA), David Ohio, Dirceu Sonsin Pinheiro, Edmilson Martins, Fernando Aranha e Ricardo Aranha, Gabriela Lago, Grupo Lorenzon, Horácio Bicudo e Vera Bicudo, João Augusto Ferraz de Sampaio e Prof. Dr. Luiz Ferraz de Sampaio Neto, Jornal A Federação, Júlio André Piunti, Kauê Vitor, Lilian Sartório, Lineo Henrique da Costa (Quartel de Itu), Luís Carlos da Silva Gomes, Luiz Carlos Kahtalian Brenha de Camargo, Maikon Felipe Rodrigues, Renata Guarnieri, Ricardo Pacheco e Silva, Rita Cortijo, Roberta Rocha, Ubirajara Rocha de Lima, Valdyr Daldon, Victoria Bellaz

Imagens dos postais: Coleção Jamil N. Abib

“Conhecer o nosso passado é essencial para construir o futuro.”

Conhecer o nosso passado é essencial para construir o futuro e, por meio desta pesquisa de imersão na história de Itu, podemos observar que os movimentos políticos que ocorreram no Brasil desde o seu descobrimento influenciaram diretamente na constituição dos municípios. Este mergulho no tempo nos proporciona a oportunidade de refletir sobre como o regime administrativo atual das cidades é recente e o quanto se pode fazer diferente por meio da experiência de quem veio antes.

A investigação sobre os gestores de Itu foi realizada de forma profunda e profissional. Esta publicação é um verdadeiro guia de conhecimento sobre a nossa realidade e todas as transformações pelas quais passamos. Tenho orgulho de fazer parte desta galeria, ao lado de tantos grandes nomes.

Guilherme dos Reis Gazzola
Prefeito da Estância Turística de Itu (2017-2024)

LISTA DOS PREFEITOS

República Velha

1907 – 1910 - Hermógenes Brenha Ribeiro
1911 – 1913 – Augusto Ferraz Sampaio
1914 – João Francisco Martins
1914 – 1915 – José Dias Aranha
1916 – Francisco Brenha Ribeiro
1917 – João Martins de Mello Junior
1918 – 1922 – Graciano de Sousa Geribello
1920 – Sérvulo Corrêa Pacheco e Silva
1923 – Luiz Gonzaga Bicudo
1924 – Oscar de Sampaio Vianna
1924 – Sérvulo Corrêa Pacheco e Silva
1925 – Luiz de Camargo Penteado
1926 – Balduíno do Amaral Gurgel
1926 – 1929 – Edgardo Pereira Mendes
1930 – Joaquim da Fonseca Bicudo (Governador Civil do Município)

Era Vargas

1931 -1932 – Joaquim Galvão de França Pacheco
1932 – Joaquim Ferreira Lisboa
1933 – 1934 – Braz Bicudo de Almeida
1934 – José Leite Pinheiro Júnior
1935 – Herculano de Toledo Prado
1935 – Waldemar Levy Cardoso (Diretor do Departamento da Administração Municipal)
1935 – 1936 –Luiz Bicudo Junior
1936 – Luiz Antônio Mendes
1937 – Graciano de Sousa Geribello
1938 – 1940 – Joaquim Galvão de França Pacheco
1941 – 1944 – Mario Costa de Oliveira
1944 – 1946 – Tristão Bauer

República Nova

1946 – Waldomiro Corrêa de Camargo
1947 – Marius Amirat Braga
1947 – Benjamim Simon
1948 – 1951 – Waldomiro Corrêa de Camargo
1952 – 1955 – Felipe Nagib Chebel
1956 – 1959 – Galileu Bicudo
1960 – 1963 – Waldomiro Corrêa de Camargo

Ditadura Militar

1964 – 1969 – João Machado de Medeiros Fonseca
1969 –Galileu Bicudo (eleito e cassado) – Prefeito Honorífico
1969 – Mário Macedo Júnior
1970 – General Agostinho Teixeira Côrtes (Interventor Federal)
1970 – General João Paulo da Rocha Fragoso (Interventor Federal)
1970 – 1971 – Caetano Ruggieri
1971 – 1972 – Olavo Volpato
1973 – 1976 – Lázaro José Piunti
1977 – 1982 – Olavo Volpato

Nova República

1983 – 1988 – Lázaro José Piunti
1989 – 1992 – Sergio Henrique Previdi
1993 – 1996 – Lázaro José Piunti
1997 – 2000 – Leonel Salvador
2001 – 2004 – Lázaro José Piunti
2004 – Carlos Alberto Sonsin Pinheiro
2004 – João Ferreira Marciano
2005 – 2008 – Herculano Castilho Passos Júnior
2009 – 2012 – Herculano Castilho Passos Júnior
2013 – 2016 – Antônio Luiz Carvalho Gomes (Tuíze)
2017 – 2020 – Guilherme dos Reis Gazzola
2021 – 2024 – Guilherme dos Reis Gazzola

“Tenho orgulho de fazer parte desta galeria, ao lado de tantos grandes nomes.”

LINHA DO **TEMPO**

1905 — Inauguração do Mercado Municipal

1906 — Fundação da Companhia Fiação e Tecelagem São Pedro

1910 — Ministério da Guerra compra as instalações do Colégio São Luís para a instalação do 4º Regimento de Artilharia Montada

1911 — Inauguração do Museu Republicano Convenção de Itu

1918 — Fundação do Ituano Clube

1920 — Início da iluminação elétrica

1922 — Inauguração do Cinema Parque, o primeiro da cidade de Itu

1923 — Washington Luís Inaugura a estrada ligando Itu a Cabreúva (Estrada dos Romeiros, hoje Estrada Parque)

1924 — Instalação do Quartel do 4º Regimento de Artilharia Montada

Inauguração do Instituto Borges de Artes e Ofícios

1926 — Início da circulação do jornal O Ituano

1932 — Criação do Ginásio do Estado, hoje Escola Estadual Regente Feijó

Início das operações da Estação Telegráfica do Departamento de Correios e Telégrafos

1933 — Inauguração do prédio do Lar Nossa Senhora da Candelária

1935 — A cafeicultura ituana atinge o máximo de sua produção

Fundação da primeira Associação de Trabalhadores Têxteis de Itu, transformada em sindicato em 1944

1946 — Instalação de indústrias cerâmicas

Inauguração do edifício próprio da Agência de Correios e Telégrafos, na Praça da Independência

Inauguração da Rádio Emissora Convenção de Itu

1950 — Construção do Paço Municipal, na Rua Barão de Itaim nº 140, hoje sede do Centro de Estudos do Museu Republicano/USP

1951 — Fundação da Associação Comercial e Industrial de Itu

1957 — Lançamento da pedra fundamental da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora do Patrocínio, núcleo inicial do Ceunsp

1958 — Fundação da Associação do Comércio Varejista de Itu

1960 — Inauguração do Hospital São João de Deus, anexo ao edifício histórico da Santa Casa de Misericórdia de Itu

1969 — Fundação da Faculdade de Direito de Itu (Faditu)

1970 — Abertura das rodovias Castello Branco e do Açúcar que favoreceram o crescimento industrial de Itu

1983 — Inauguração do Espaço Cultural Almeida Júnior

1986 — Reabertura do Museu Republicano Convenção de Itu

1989 — Inauguração da Faculdade de Tecnologia (Fatec)

1995 — Inauguração do Parque do Varvito

2008 — Itu comemora quatro séculos de sua fundação

2010 — Inauguração da sede da prefeitura na Avenida Itu 400 Anos, no bairro Itu Novo Centro

2012 — A Companhia Ituana de Saneamento (CIS) e a Prefeitura da Estância Turística de Itu inauguram a Estação de Tratamento de Esgoto Pirajibu, universalizando o serviço de tratamento de esgoto da cidade

2018 — O Mercado Municipal, um monumento histórico do município, reabre suas portas à população após completa restauração

2019 — Inauguração da segunda unidade da Rede Saber no prédio histórico da Escola Convenção de Itu, restaurado pela Prefeitura de Itu com recursos próprios

2020 — Inauguração do Centro Ituano de Letras e Artes (Cila)

2022 — 150 anos da Convenção Republicana de Itu e 100 anos do Museu Republicano Convenção de Itu

2023

República Velha (1889 a 1930)

O período republicano no Brasil começou em 1889 com o declínio da Monarquia e o início da chamada República Velha, ou Primeira República, que se prolongou até a Revolução de 1930.

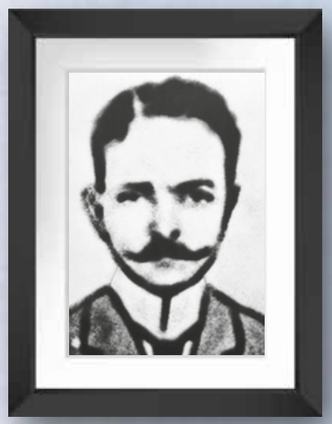
O período republicano no Brasil começou em 1889 com o declínio da Monarquia e o início da chamada República Velha, ou Primeira República, que se prolongou até a Revolução de 1930. O marco inicial do período foi a posse do marechal Deodoro da Fonseca, como primeiro presidente republicano da história do Brasil. De 1889 a 1898, foram dois presidentes militares e um civil. 1889 foi um momento chave na emergência dos militares como atores políticos no país, e eles estiveram no governo durante os cinco primeiros anos da República. Prudente José de Morais Barros, o primeiro presidente civil, que subiu ao poder em 1894, teve o mandato perturbado por conflitos com o Congresso, debelou revoltas militares e populares e sofreu um atentado.

Em 1898, o ituano Prudente de Morais entregou o comando do país ao campineiro Manoel Ferraz de Campos Salles, famoso pela sua Política dos Estados, mais conhecida como "política dos governadores". Era preservada a autonomia e a independência dos governos municipais e estaduais, desde que os governos municipais apoiassem os governos estaduais e que, por sua vez, os governos estaduais apoiassem o governo federal. Com este modelo de governo, Campos Salles conseguiu a estabilidade política do país. A chamada "política dos governadores" era mais o reconhecimento de um fato consumado que invenção de seu talento político.

A Constituição Federal de 1891 vigorou até 1930. Segundo ela, era função do Estado-membro designar as atribuições das instituições municipais, inclusive nomear e denominar o chefe do Executivo Municipal, cuja denominação variava de prefeito, a intendente ou presidente municipal. No Estado de São Paulo, os cargos de prefeito e vice-prefeito eleitos por sufrágio direto foram criados pela Lei Estadual nº 1038, de 19 de dezembro de 1906. Em Itu, na sessão de 1º de dezembro de 1907, a Câmara Municipal aprovou o Código de Posturas elaborado sob a égide dessa Lei, que criou o cargo de prefeito, a partir de então o responsável pelo Executivo Municipal.

Esse quadro sofreu alterações com a reforma constitucional de 1926, que estreitou os laços entre União, Estados e Municípios, além de transformar a autonomia municipal em princípio constitucional. Só então é que se generalizou a denominação de prefeito para o cargo de chefe do Executivo Municipal.

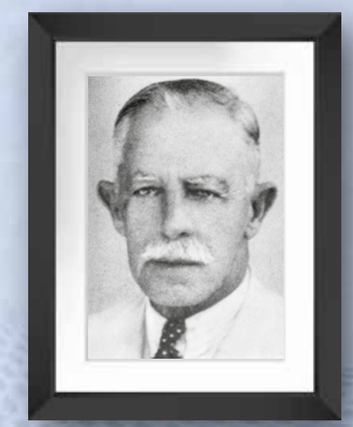
O marco inicial do período foi a posse do marechal Deodoro da Fonseca como presidente do País.



Hermógenes Brenha Ribeiro
1907 – 1910

Augusto Ferraz Sampaio
1911 – 1913

João Francisco Martins
1914



José Dias Aranha
1914 – 1915

Francisco Brenha Ribeiro
1916

João Martins de Mello Junior
1917

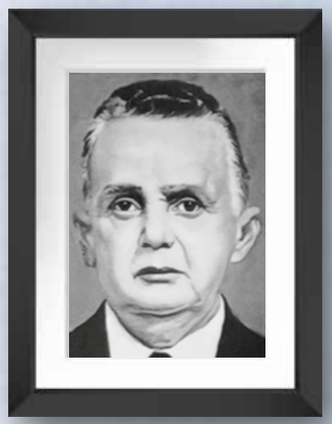
Graciano de Sousa Geribello
1918 – 1922

Sérvulo Corrêa Pacheco e Silva
1920

Luiz Gonzaga Bicudo
1923

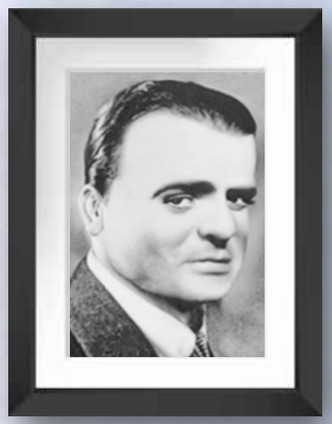
Oscar de Sampaio Vianna
1924

República Velha - 1889 - 1930

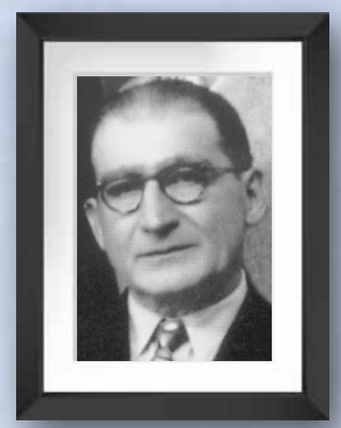


Sérvulo Corrêa Pacheco e Silva
1924

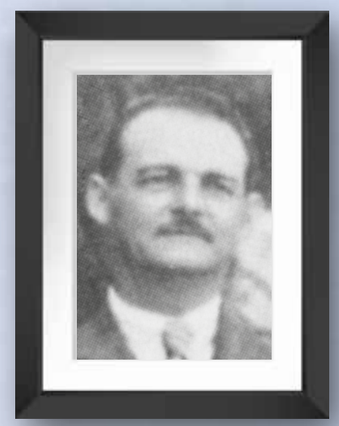
Luiz de Camargo Penteado
1925



Balduíno do Amaral Gurgel
1926



Edgardo Pereira Mendes
1926 – 1929



Joaquim da Fonseca Bicudo
(Governador Civil do Município) 1930

Era Vargas - 1930 - 1945

Era Vargas (1930 - 1945)

A Era Vargas é o segundo período da República e tem início com a tomada do poder por Getúlio Vargas, em 1930.

Na República Velha, o Brasil iniciou o processo de sua industrialização, que aos poucos alterou a paisagem urbana de algumas cidades e criou as condições para a formação da classe operária. Como resultado, surgiram novas pressões políticas e sociais, fenômeno que as velhas oligarquias paulistas e mineiras não conseguiram controlar.

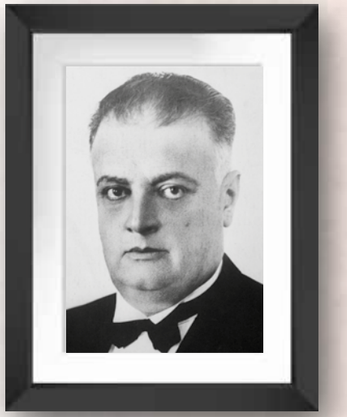
Em 3 de outubro de 1930 foi deflagrada a revolução que culminou, 21 dias depois, com a deposição do então chefe do governo, o perrepista Washington Luís. Encerrava-se assim o domínio do PRP e começava a Era Vargas, com a tomada do poder por Getúlio Dornelles Vargas.

Logo de início, ele enfrentou uma gigantesca tarefa: o desmontar da máquina política da República Velha, cujas raízes estavam plantadas nas situações municipais, e dar eficiência à administração municipal. A legislação do Governo Provisório instituiu em cada município um prefeito nomeado, assistido por um conselho consultivo, e estabeleceu um sistema de recursos, que partia do prefeito ao interventor do Estado e deste ao chefe de governo nacional. Com o propósito de moralizar a administração municipal e dar-lhe eficiência, foi criado o departamento de municipalidades, órgão estadual, cujo nome variava, com atribuições de assistência técnica aos municípios, coordenação de suas atividades em função de planos estaduais e elaboração, execução e fiscalização de seus orçamentos. Enfim, cabia ao órgão, dependente do interventor, exercer a extensa tutela que a legislação outorgava ao governo estadual sobre a vida administrativa dos municípios.

A Constituição de 1934 garantiu o princípio da eletividade da administração municipal, com as exceções consagradas no texto constitucional, mas nela permaneceu o departamento de municipalidades. Apesar disso, considera-se que ela iniciou o processo de autonomia dos municípios, o qual seria concretizado com a Constituição de 1946. A Constituição de 1937 foi antimunicipalista. Manteve os departamentos de municipalidades, reduziu a receita municipal e suprimiu o princípio da eletividade dos prefeitos.

Getúlio foi chefe do governo federal no período entre 1934 e 1937 e ditador com poderes ilimitados entre 1937 e 1945. Por pressão dos partidos políticos, mas principalmente dos profissionais liberais e das Forças Armadas, o ditador renunciou ao poder em 1945, quando teve fim a chamada Era Vargas.

A Constituição de 1934 garantiu o princípio da eletividade da administração municipal.



Joaquim Galvão de França Pacheco
1931 – 1932

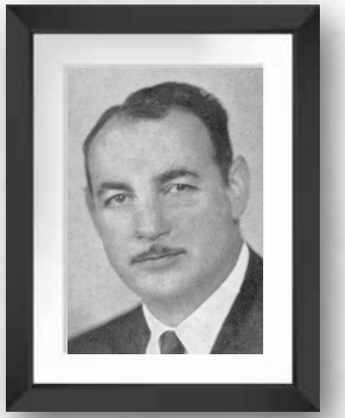
Joaquim Ferreira Lisboa
1932

Braz Bicudo de Almeida
1933 – 1934

José Leite Pinheiro Júnior
1934

Herculano de Toledo Prado
1935

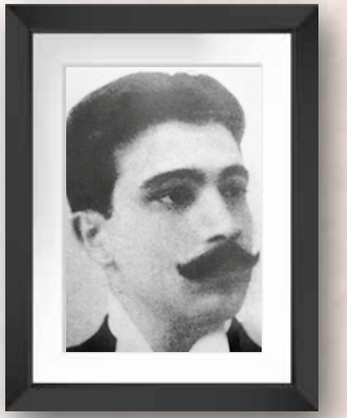
Waldemar Levy Cardoso
(Diretor do Departamento da Administração Municipal)
1935



Luiz Bicudo Junior
1935 – 1936

Luiz Antônio Mendes
1936

Era Vargas - 1930 - 1945



Graciano de Sousa Geribello
1937

Joaquim Galvão de França Pacheco
1938 – 1940

Mario Costa de Oliveira
1941 – 1944

Tristão Bauer
1944 – 1946

República Nova - 1945 - 1964

República Nova (1945 a 1964)

A República Populista ou Terceira República do Brasil teve início em 1945, com o estabelecimento do Regime de Democracia Liberal, logo após a queda de Getúlio Vargas.

A República Nova, República Populista ou Terceira República teve início em 1945, logo após a deposição de Getúlio Vargas e o estabelecimento do regime de Democracia Liberal. O ano foi marcado pela criação dos partidos políticos e pela liberdade de imprensa. Em dezembro de 1945, foi eleito presidente Eurico Gaspar Dutra, e, em 1950, Vargas voltou ao poder pelo sufrágio universal. Ele governou até 1954, quando se suicidou.

A Terceira República foi marcada pela grande participação eleitoral da população. O voto passou a ser secreto e regulamentado pela Justiça Eleitoral. Em 1956, assumiu a Presidência Juscelino Kubitschek. Com o Plano de Metas e o slogan “50 anos em cinco”, que incluiu a implantação da capital federal em Brasília, Juscelino foi responsável pela continuidade da ascensão da economia brasileira. Ele deu a mesma importância à industrialização de base, assim como à indústria de bens de consumo imediatos para a população. Quando construiu Brasília, ele criou um arco rodoviário cortando o país de norte a sul. A população brasileira passou a se interiorizar, o que despertou movimentos que permitiram o crescimento do país e a mobilidade demográfica da população.

A partir da segunda metade dos anos 1950, as esquerdas começaram a crescer no Brasil, e no mundo também, e alimentaram um forte movimento reformista, que contemplava a reforma agrária. Em 1960, Jânio Quadros assumiu a Presidência, mas renunciou sete meses depois. O presidente seguinte, João Goulart, foi um defensor daquelas reformas.

A Terceira República, ou República Nova ou República Populista teve fim com o Golpe de 1964, também conhecido como Golpe Civil-Militar de 1964. O golpe foi realizado pelas Forças Armadas contra o então presidente João Goulart, por conta da insatisfação das elites com os projetos em andamento, em especial as Reformas de Base.

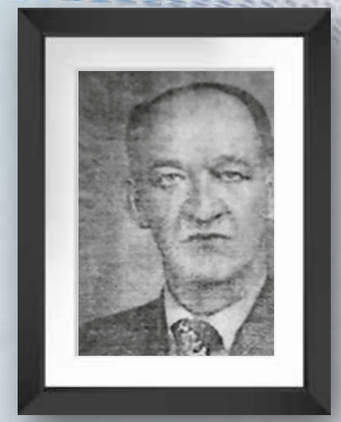
Com a Constituição de 1946, o município ganhou novos atributos e responsabilidades. A autonomia foi garantida pela eleição do prefeito e dos vereadores. A partir de então, passou à esfera do poder municipal a cobrança de impostos sobre “indústrias e profissões”, e os “atos de sua economia ou assuntos de sua competência”. Os municípios receberam orçamento próprio, alcançaram uma determinação acerca dos critérios com os quais os recursos da União e dos Estados seriam divididos e repassados em razão de cada arrecadação.

Waldomiro Corrêa de Camargo
1946

Marius Amirat Braga
1947

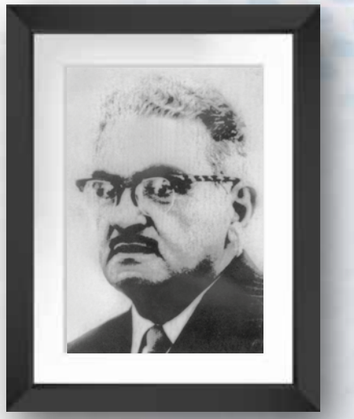
Em 1956, assumiu a presidência Juscelino Kubitschek.

República Nova - 1945 - 1964

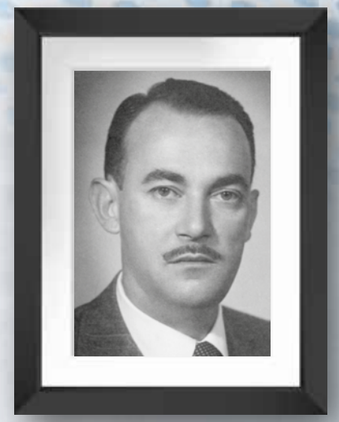


Benjamim Simon
1947

Waldomiro Corrêa de Camargo
1948 – 1951



Felipe Nagib Chebel
1952 – 1955



Galileu Bicudo
1956 – 1959

Waldomiro Corrêa de Camargo
1960 – 1963

Ditadura Militar - 1964 - 1985

Ditadura militar (1964 - 1985)

A Ditadura Militar no Brasil compreendeu o período de 1964 a 1985. Foram 21 anos de governo autoritário.

A Ditadura Militar no Brasil compreendeu o período de 1964 a 1985. Foram 21 anos de vigência do governo autoritário, que configurou um dos períodos mais turbulentos da história da República no Brasil. A principal justificativa dos militares para depor do poder o então presidente era uma suposta ameaça comunista. Naquela época, todos os governos progressistas eram tachados de comunistas, ou então, com fortes possibilidades de implantar o comunismo. Em 1985, a subida de José Sarney à Presidência da República marcou o final da ditadura militar no Brasil.

Na Constituição de 1967, a administração pública local ganhou um espaço maior na receita recolhida pela União, tendo como contrapartida a obrigação da prestação de contas detalhadas ao Tribunal de Contas da União.

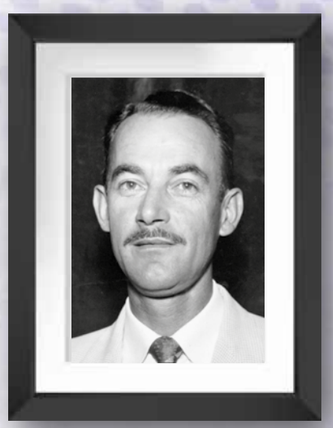
A Constituição de 1967 foi atropelada pelo Ato Institucional nº 5, emitido a 13 de dezembro de 1968. Tornou-se o mais famoso de todo o período da Ditadura Militar, por ter estabelecido mecanismos legais que aumentaram o aparato de repressão. No uso das atribuições conferidas por esse documento, o presidente baixou o decreto nº 64.607, de 29 de maio de 1968, estabelecendo intervenção federal no município de Itu. O mesmo decreto nomeou o general Agostinho Teixeira Côrtes interventor federal em Itu. Ele tomou posse perante o ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva.

Galileu Bicudo tinha disputado e vencido as eleições para prefeito em 1968. Na véspera da sua posse, em 31 de janeiro de 1969, ele foi detido pela unidade local do Exército. Logo em seguida, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos. Por esse motivo, na ausência do prefeito eleito e da renúncia do seu vice, no dia 1º de fevereiro de 1969 o prefeito João Machado de Medeiros Fonseca transmitiu o cargo ao presidente da Câmara, Mário Macedo Júnior. Quatro meses depois, em 6 de junho, Mário Macedo entregou o cargo ao interventor federal. No final do mesmo ano, o general Agostinho Côrtes foi substituído na interventoria pelo general João Paulo da Rocha Fragoso, empossado no cargo de interventor federal em Itu pelo então ministro da Justiça, Alfredo Buzaid.

O próprio regime militar absolveu Galileu Bicudo, declarando que ele não incorrera em prática de qualquer delito, crime, ato ideológico considerado subversivo ou atos de corrupção. Em 2021, a Câmara de Vereadores aprovou por unanimidade o decreto proposto pela vereadora Maria do Carmo Piunti, que “Reconhece a Memória de Galileu Bicudo à Condição Honorífica de Prefeito Municipal de Itu – 1969/1972”.

Foram 21 anos de vigência do governo autoritário.

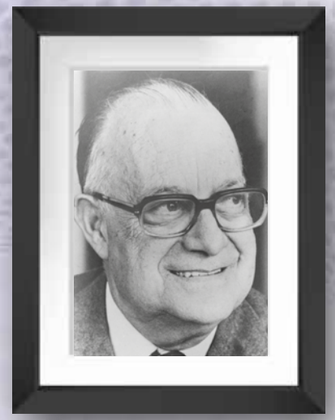
João Machado de Medeiros Fonseca
1964 – 1969



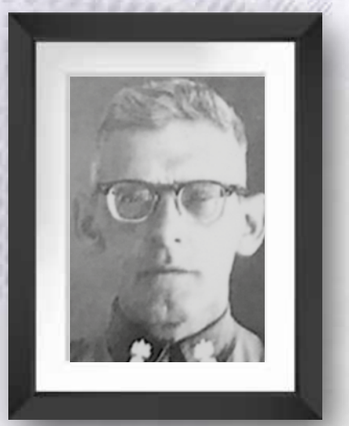
Galileu Bicudo (eleito e cassado)
Prefeito Honorífico
1969

Mário Macedo Júnior
1969

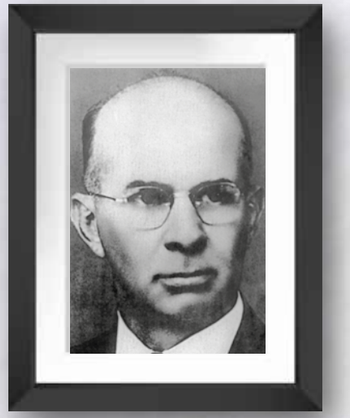
Ditadura Militar - 1964 - 1985



General Agostinho Teixeira Côrtes
(Interventor Federal)
1970



General João Paulo da Rocha Fragoso
(Interventor Federal)
1970



Caetano Ruggieri
1970 – 1971

Olavo Volpato
1971 – 1972

Lázaro José Piunti
1973 – 1976

Olavo Volpato
1977 – 1982

Nova República - (1985 - ...)

Nova República (1985 - ...)

O quinto período da República no Brasil é conhecido como Nova República, e teve início em 1985, quando o vice-presidente eleito José Sarney assumiu a Presidência do Brasil.

O quinto período da República no Brasil teve início em 1985 e é conhecido como Nova República. O período foi marcado pela redemocratização, retorno das liberdades sociais e novos problemas econômicos. A Nova República estabeleceu as eleições diretas em todos os níveis, legalizou os partidos políticos, ampliou os direitos trabalhistas, determinou o fim da censura e garantiu o direito de greve e de liberdade sindical. Para enfrentar os problemas econômicos, José Sarney propôs o Plano Cruzado, que congelou os preços de mercadorias. Diante do insucesso do Plano Cruzado, vieram o Plano Bresser e o Plano Verão, que também não conseguiram controlar a inflação e estabilizar a economia. O Plano Real, um conjunto de reformas econômicas implementadas em 1994, no governo de Itamar Franco, teve como objetivo principal combater a hiperinflação no país. Foi o 13° plano econômico executado desde 1979, ano em que estourou a crise que levou à hiperinflação.

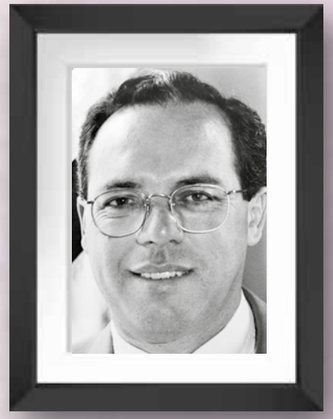
Desde o início da Nova República, o Brasil teve nove presidentes: José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro. Luís Inácio Lula da Silva é o presidente da República em exercício.

Outro marco do período foi a promulgação da Constituição Federal de 1988, que rege o país até os dias atuais. Os municípios foram fortalecidos, alcançando uma posição única entre os países em desenvolvimento. Uma inovação da Constituição de 1988 foi a inclusão, no art. 1°, dos municípios como membros da Federação, junto com os Estados e o Distrito Federal. A Constituição em vigor tratou de autonomizar o município, ao mesmo tempo em que o responsabilizou, criando um grupo de funções e restrições à sua administração.

Na atualidade, a estrutura administrativa de um município é composta por um prefeito e um vice-prefeito, representando o Executivo, eleitos para cumprir um mandato de quatro anos. Uma Câmara de Vereadores, representando o Legislativo, também eleitos para um mandato de quatro anos. O prefeito executa as ações estabelecidas e o Legislativo fiscaliza e legisla no âmbito municipal, constituindo, assim, as funções típicas dos poderes públicos, acrescentando-se a estas a função de julgar, que é do domínio do Judiciário. Essas atribuições foram regulamentadas, de fato, com a Constituição de 1988.

O período foi marcado pela redemocratização.

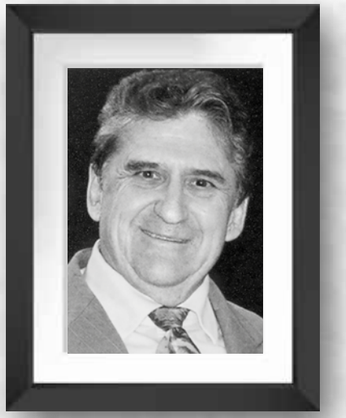
Lázaro José Piunti
1983 – 1988



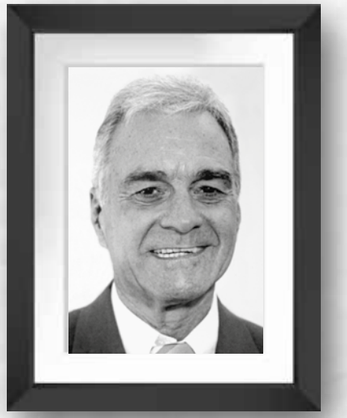
Sergio Henrique Previdi
1989 – 1992

Lázaro José Piunti
1993 – 1996

Leonel Salvador
1997 – 2000

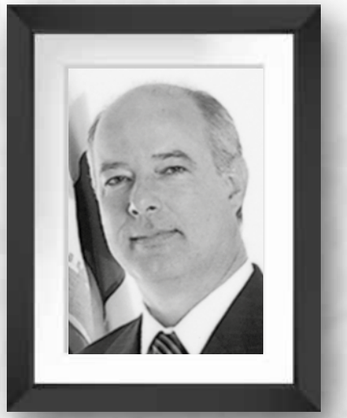


Lázaro José Piunti
2001 – 2004



Carlos Alberto Sonsin Pinheiro
2004

João Ferreira Marciano
2004



Herculano Castilho Passos Júnior
2005 – 2008

Nova República - (1985 - ...)

Herculano Castilho Passos Júnior
2009 – 2012

Antônio Luiz Carvalho Gomes (Tuíze)
2013 – 2016

Guilherme dos Reis Gazzola
2017 – 2020

Guilherme dos Reis Gazzola
2021 – 2024

Bibliografia

Nota: as fontes foram transcritas obedecendo à ortografia da época.

2° ANIVERSARIO da gestão do dr. Mario Costa de Oliveira. A Cidade, Itu, n. 1134, p. 1, 25 jul. 1943. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/download/64988/67600/86018. Acesso em: 7 mar. 2023.

6ª LEGISLATURA. Do afastamento de Sr. João Machado de Medeiros Fonseca e assumindo a prefeitura o Vereador Prof. Mário Macedo Júnior. Câmara de Vereadores da Estância Turística de Itu – SP. Disponível em: <https://www.camaraitu.sp.gov.br/Legislatura/Listar/10>. Acesso em: 6 mar. 2023.

ARRUDA, L. G. Editaes: Camara Municipal: Edital. A Cidade, Itu, n. 638, p. 3, 29 set. 1929. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/6235?show=full Acesso em: 3 set. 2021.

ARRUDA, L. G. Edital. A Cidade, Itu, n. 578, p. 4, 12 ago. 1928. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: < http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/6170?show=full >. Acesso em: 3 set. 2021.

AVISO. Republica, Itu, n. 380, ano V, 27 nov. 1904. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/3905/Republica_ano5_n380_1904.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BARROS, J. C. de. Edital. Prorrogação de Prazo. Municipio de Itu, Itu, n. 20, p. 3, 19 mar. 1916. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/7241/Municipio_de_Itu_ano1_n20_1916.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

BARROS, J. C. de. Imposto de vehiculos do anno de 1916. Municipio de Itu, Itu, n. 13, ano 1, p. 4, 30 jan. 1916. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/7280/Municipio_de_Itu_ano1_n13_1916.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 mar. 2023.

BARROS, J. C. Editaes: Imposto de cafeeiros do exercicio de 1914. Republica, Itu, n. 199, p. 3, 6 dez. 1914. Museu Paulista. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/4129>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BARROS, J. C. Edital. Imposto de industria e profissões: Prorrogação de praso. A Cidade de Ytú, Itu, n. 1598, 6 fev. 1915. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/6898?show=full Acesso em: 31 ago. 2021.

BARROS, J. C. Edital. Imposto de industrias e profissões – Primeiro semestre de 1914. Republica, Itu, n. 151, p. 3, 28 dez. 1913. Museu Paulista. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/4080>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BARROS, J. C. Imposto de industrias e profissões de 1916: Prorrogação de prazo. Municipio de Itú, Itu, n. 17, p. 4, 27 fev. 1916. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/7234?show=full Acesso em: 31 ago. 2021.

CALÇAMENTO da rua do Commercio. Republica, Itu, n. 1069, 12 jul. 1925. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/7210 .Acesso em: 2 set. 2021.

CAMARA Municipal de Ytu. Orçamento Municipal. Republica, Itu, n. 195, ano XIV, p. 2, 8 nov. 1914. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4125/Republica_ano14_n195_1914.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 mar. 2023.

CAMARA MUNICIPAL: Acta da sessão extraordinaria realizada aos tres dias do mez de Janeiro de mil novecentos e doze para tratar de assumptos de interesse do municipio. Republica, Itu, n. 64, p. 1, 2 jun. 1912. Disponível em: http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/7134 Acesso em: 31 ago. 2021.

CAMARA Municipal. Acta da Sessão especial para a eleição de cargos Municipaes para o corrente anno de 1916, realizada aos 16 dias do mez de Janeiro do anno de 1916. Municipio de Itu, Itu, n. 20, p. 3, 19 mar. 1916. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/7241/Municipio_de_Itu_ano1_n20_1916.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

CARVALHO, R. M. Memória de uma escola. São Paulo: Pannartz, 1983. p. 69.

CERQUEIRA, Marcelo. Cartas constitucionais: Império, República e Autoritarismo. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

COSTA, H. S. Camara Municipal de Ytu: Imposto de Industria, Profissões e Commercio de 1920. A Federação, Itu, n. 805, 20 dez. 1919. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/7777 Acesso em: 1° set. 2021.

COSTA, H. S. Edital: Imposto de Industrias, Profissões e Commercio de 1921. A Federação, Itu, n. 860, 25 dez. 1920. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/7913 Acesso em: 1° set. 2021.

COSTA, H. S. Edital: Impostos de “Industrias” e “Profissões”: Segundo Semestre de1924. A Federação, Itu, n. 1076, 26 jul. 1924. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/7992. Acesso em: 2 set. 2021.

COSTA, H. S. Imposto predial de 1922. A Federação, Itu, n. 957, 15 abr. 1922. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/7927 Acesso em: 1° set. 2021.

COSTA, U. S. Edital: Imposto de Industrias e Profissões de 1928. A Cidade, Itu, n. 562, p. 3, 1° jan. 1928. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/6154?show=full . Acesso em: 3 set. 2021.

DA DEMÊNCIA ao suicidio. Correio Paulistano, Itu, n. 18191, p. 5, 13 mar. 1914. Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). BNDIGITAL I: Correio Paulistano.Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=18.261&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=32226>. Acesso em: 13 mar. 2023.

DECRETO Legislativo n° 562, de 18 de novembro de 2021. Reconhece a memória de Galileu Bicudo à condição honorífica de Prefeito Municipal de Itu – 1969/1972. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a2/sp/i/itu/decreto-legislativo/2021/57/562/decreto-legislativo-n-562-2021-reconhece-a-memoria-de-galileu-bicudo-a-condicao-honorifica-de-prefeito-municipal-de-itu-1969-1972?q=galileu+bicudo>. Acesso em: 7 mar. 2023.

DO EXÉRCITO à Petrobrás. História: de Waldemar Levy Cardoso. Museu da Pessoa, 8 dez. 2014. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/do-exercito-a-petrobras-97687>. Acesso em: 17 mar. 2023.

DR. JOÃO Martins de Mello Junior. O Estado de São Paulo, 19 fev. 1949. Acesso em: 24 mar. 2023.

FALLECIMENTO do 1. Tenente Sylvio Fleming. Diario Nacional, S. Paulo, n. 1549, ano VI, 24 ago. 1932. Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). BNDIGITAL I: Diário Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/213829/per213829_1932_01549.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

FALLECIMENTO. Correio Paulistano, Itu, n. 18190, p. 3, 12 mar. 1914. Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). BNDIGITAL I: Correio Paulistano. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=18.261&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=32216>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FAVERO, F. E.; BICUDO JUNIOR, L.; OLIVEIRA, M. S. Prefeitura Municipal de Itú: Balancete referente ao mez de Dezembro de 1935. Progresso, Itu, n. 166, p. 3, 2 fev. 1936. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/7370 . Acesso em 8 mar. 2023

FAVERO, F. E.; BICUDO JUNIOR, L.; OLIVEIRA, M. S. Prefeitura Municipal de Itú: Balancete referente ao mez de Janeiro de 1936. Progresso, Itu, n. 170, p. 3, 1° mar. 1936.

FAVERO, F. E.; PACHECO, J. G. F.; OLIVEIRA, M. S. Prefeitura Municipal de Itu: Balancete referente ao mês de abril de 1939. A Cidade, Itu, n. 923, p. 4-5, 28 maio 1939.

FRANCISCO, L. R. Tristão Bauer. In: ACADEMIA ITUANA DE LETRAS – ACADIL. Itu: presenças ilustres. Itu: Ottoni, 2013. v. 1. p. 215-216.

GERIBELLO, G. A Gazeta de Itú, Itu, n. 56, p. 4, 10 jan. 1937.

GERIBELLO, G.; MENDES, L. A. Camara Municipal: Lei N. 50: Que autoriza o executivo Municipal a tratar da desapropriação da faixa do terreno necessario para a abertura de uma rua entre o Largo do Carmo e o da Caixa d’Agua. Municipio de Itu, Itu, n. 123, p. 3, 10 mar. 1918. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/7254?show=full Acesso em: 1° set. 2021.

GERIBELLO, G.; PRIMO, V. A. S. Camara Municipal de Ytu: Balancete da Receita e despesa do 4° Trimestre de 1921. A Federação, Itu, n. 945, 21 jan. 1922. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/7916?show=full Acesso em: 1° set. 2021.

GOMES, A. L. C. Mensagem à população. A Federação, Itu, n. 5805, p. 1, 23 dez. 2016.

GOVÊRNO Municipal. Instalação da Câmara – Eleição da Mesa – Posse do Prefeito e Vice-Prefeito – A sessão Especial de 1° de janeiro. O Trabalhador, Itu, n. 121, ano IX, p. 1, jan. 1955. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/8390/O_Trabalhador_ano9_n121_1955.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

GRATA EFEMERIDE. A Cidade, Itu, n. 980, p. 4, 18 ago. 1940.

IMPOSTO Predial de 1916. Municipio de Itu, Itu, n. 26, ano I, p. 4, 30 abr. 1916. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em:<http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/7266/Municipio_de_Itu_ano1_n26_1916.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

INSPECTORIA Medico Escolar. Municipio de Itu, Itu, n. 92, ano II, p. 3, 5 ago. 1917. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em:<http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/7353/Municipio_de_Itu_ano2_n92_1917.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

INSTRUÇÃO Pública. Republica, Itu, n. 89, ano XII, p. 1, 1° dez. 1912. Disponível em: <https://obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4123/Republica_ano12_n89_1912.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 mar. 2023.

JOAQUIM Ferreira Lisboa. O Estado de São Paulo, 1 set. 1962. p.7. Acesso em: 23 mar. 2023.

LEAL, Víctor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEPSCH, I. C. S. Camargos & Penteados. Itu: Ottoni, 2007.

LEPSCH, I. C. S. E eles fizeram história...: vultos paulistas e outros vultos em Itu: origens e caminhos. Itu: Ottoni, 2010. p. 70.

LEPSCH, I. C. S. José Leite Pinheiro Júnior. In: ACADEMIA ITUANA DE LETRAS – ACADIL. Itu: presenças ilustres. Itu: Ottoni, 2013. v. 1. p. 109.

LISTA Geral do Bachareis e Doutores Formados pela Faculdade de Direito de S.

Paulo e dos Lentes e Directores Effectivos até 1900. Organisada pelo Bacharel Julio Joaquim Gonçalves Maia – Subsecretario da Mesma Faculdade. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/download/64988/67600/86018>. Acesso em: 9 mar. 2023.

MENDES, E. P.; MENDES, L. A. Orçamento da Camara Municipal de Itu, para o anno de 1927. A Cidade, Itu, n. 499, 31 out. 1926. Supplemento. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/6145?show=full Acesso em: 3 set. 2021.

MENDES, L. A. Camara Municipal de Itu: Lei n. 89 de 8 de dezembro de 1923. A Cidade, Itu, n. 173, 13 dez. 1923. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: < http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/6286?show=full Acesso em: 2 set. 2021.

MUNICIPIO DE ITU, Itu, n. 68, ano II, 18 fev. 1917. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/7327/Municipio_de_Itu_ano2_n68_1917.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

NÁPOLI, M.; ROEDEL, A. Guilherme Gazzola confirma reeleição: Atual prefeito teve 41,76% dos votos válidos, superando Rita Passos. Diferença entre os candidatos foi de mais de 10 mil votos. Periscópio, Itu, n. 6566, p. 3, 17 nov. 2020.

NARDY FILHO, F. Cronologia Ituana. In: NARDY FILHO, F. A Cidade de Itu. 2. ed. Itu: Ottoni, 2000. v. 4. p. 96-99.

NOTAS E NOTICIAS: Exames finaes. A Federação, Itu, n. 346, 26 nov. 1911. Disponível em: http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/7716?show=full. Acesso em: 9 set. 2021.

NOTAS e Notícias. A Federação, Itu, p. 2, 17 jan. 1914.

NOTAS e Notícias. A Festa da Bandeira. A Federação, Itu, n. 705, ano XIII, 24 nov. 1917. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/8176/A_Federacao_ano13_n705_24_Nov_1917.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

NOTAS e Noticias. Novo triennio. Municipio de Itu, Itu, n. 64, ano II, p. 2, 21 jan. 1917. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/7322/Municipio_de_Itu_ano2_n64_1917.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

NOTICIARIO – Renuncias. A Cidade de Ytú, Itu, n. 1673, ano XXI, 16 out. 1915. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/6975/A_Cidade_de_Ytu_ano21_n1673_1915.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 mar. 2023.

NOVO Prefeito. A Comarca de Itú, Itu, n. 15, ano I, 7 ago. 1932. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/8439/A_Comarca_de_Itu_ano1_n15_1932.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

NUNES, Sílvio Gabriel Serrano; SERRANO, Antônio Carlos Alves Pinto. O município na história das Constituições do Brasil de 1824 a 1988. Cadernos Jurídicos, São Paulo, n. 52, ano 20, p. 153-168, 2019.

O NOVO prefeito. A Federação, Itu, n. 483, p. 3, 11 jul. 1914.

O PLÊITO de 14 de Outubro. O Trabalhador, Itu, n. 70, ano IV, p. 1, out. 1951. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/8402/O_Trabalhador_ano4_n70_1951.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

OLIVEIRA, J. de; CHIERIGHINI, H.; DE FRANCISCO, L. R. Memória de Itu. Itu: [s.n.], 2011.

PACHECO, J. G. F. Quadro demonstrativo da situação das diferentes verbas da Camara Municipal de Itú, mostrando o que foi empenhado no 1º semestre e com o que conta o novo Prefeito Municipal para administrar a segunda metade do ano. A Cidade, Itú, n. 878, p. 3, 17 jul.1938. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/handle/123456789/6280 . Acesso em 8 mar. 2023

PANORAMA POLÍTICO. Sobre o presidente da Câmara de Itu, João Ferreira Marciano (PPS), assumir a prefeitura da cidade em 2 de dezembro de 2004. Gazeta Digital, 2 dez. 2004. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/politica-nacional/panorama-politico/57932>. Acesso em: 6 mar. 2023.

PIOTTO, P. A Câmara Municipal de Itu na rua da Palma. República de Itu, Itu, n. 813, p. 2, 28 maio 1996. Opinião, História.

PIOTTO, P. D. Memórias de um carteiro antigo. Itu: Ottoni Editora, 2008. p. 228.

PIOTTO, P. Dr. Benjamin Simon, prefeito de Itu. República de Itu, Itu, n. 1054, p. 2, 23 dez. 1997.

PIOTTO, P. Há 100 anos nascia Caetano Ruggieri. República, Itu, n. 1695, p. 4, 24 abr. 2004.

PIOTTO, P. Itu ganha o seu 18º Prefeito, após o estado novo. República, Itu, n. 1694, p. 4, 17 abr. 2004.

PREFEITURA Municipal de Itú – Acto N.o 73. Progresso, Itu, n. 175, ano IV, p. 4, 22 mar. 1936. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/7374/Progresso_ano4_n175_1936.pdf?sequence=1>. Acesso em: 7 mar. 2023.

PREFEITURA. Correio Paulistano, Itu, n. 18142, p. 3, 21 jan. 1914. Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). BNDIGITAL I: Correio Paulistano. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=18.261&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=31792>. Acesso em: 13 de mar. 2023.

RAFAEL JÚNIOR, A. João Marciano assume para encerrar esta administração: Vereador deixou a presidência da Câmara e desde ontem é o prefeito em exercício. Periscópio, Itu, n. 4351, p. 2, 2 dez. 2004.

RAFAEL JÚNIOR, A. Pinheiro sai e Michelim assume a Prefeitura: Até o final deste ano, Itu deverá ter seu quarto prefeito, o atual presidente da Câmara de Vereadores, João Marciano. Periscópio, Itu, n. 4346, p. 3, 20 nov. 2004.

SILVA, S. P.; MENDES, L. A. Camara Municipal de Ytú: Lei n. 91 de 30 de outubro de 1924: Que crêa o imposto de viação urbana. A Federação, Itu, n. 1091, 8 nov. 1924. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: http://obrasraras.sibi.usp.br/xmlui/handle/123456789/8009?show=full Acesso em 2 set. 2021.

SOUZA, J. S. Formação dos Poderes Executivo e Legislativo: Parte da documentação referente à memória política de Itu/SP se perdeu. Campo&Cidade, Itu, p. 156- 159, 2010. Edição especial comemorativa.

TAXA d´agua. Municipio de Itu, Itu, n. 92, ano 2, 5 ago. 1917. Biblioteca de Obras Raras, Especiais e Documentação Histórica da USP. Disponível em: <http://www.obrasraras.usp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/7353/Municipio_de_Itu_ano2_n92_1917.pdf?sequence=1>. Acesso em: 9 mar. 2023.

TUÍZE recebe Gazzola para o início da transição na Prefeitura de Itu: Primeiro encontro oficial aconteceu na tarde de ontem. Um levantamento de cada secretaria foi entregue ao prefeito eleito. Periscópio, Itu, n. 6146, p. 2, 25 out. 2016.

Prefeituraltu
itu.sp.gov.br
Itu
TEMPO DE CRESCER